

A conservação do jardim histórico, um olhar sobre o componente vegetal da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha

JOELMIR MARQUES DA SILVA*

Resumo: O jardim moderno foi criado na cidade do Recife por Roberto Burle Marx na década de 1930. Para o paisagista, o desenho de um jardim é uma reintegração estética dos elementos da paisagem envolvente onde a vegetação é o elemento principal. Com essa intenção, Burle Marx projetou um conjunto de treze jardins públicos, entre 1935 a 1937, que faziam parte de um plano de aformoseamento do Recife e, dentre eles, destacam-se a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha por serem seus primeiros projetos. Por incluir seres vivos na sua concepção, a conservação de um jardim agrega a complexidade e a dinâmica do ciclo da vida e, sendo perecível e renovável, como especifica a Carta de Florença (1981), a falta de conservação do jardim provoca degradação que somente é revertida através da restauração. Neste sentido, a conservação da vegetação de um jardim histórico tem sua particularidade por se tratar de um verde histórico que caracteriza o conhecimento da composição florística do projeto original e atual, configurando, desta forma, um estudo da arqueologia botânica.

Palavras-chave: Verde histórico; botanical value; autenticidade; conservação; Burle Marx.

Abstract: In the 1930s, the modern garden was created in Recife by Roberto Burle Marx. In his view, garden design was the reintegration of the aesthetic components of the landscape whose main element was vegetation. By considering that, from 1935 to 1937 Burle Marx designed thirteen public gardens as part of Recife's embellishment plan including the Casa Forte Square and the Euclides da Cunha Square, which he first laid out. Since gardens comprise living beings in their composition, their maintenance includes the complexity and dynamics of life cycle. In addition, because they are perishable and renewable, as the Florence Charter (1981) specifies, their degradation can solely be reversed by restoration. Then, the conservation of the vegetation of historic gardens bears specificities that require knowledge on their original and current floristic composition, which is considered to be a botanical archaeology.

Key words: Historic vegetation; botanical value; authenticity; conservation; Burle Marx.



* **JOELMIR MARQUES DA SILVA** é Biólogo, Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do Laboratório da Paisagem da UFPE. Bolsista CAPES e CNPq (Doutorado Sanduíche no Exterior).

El Jardín (...) Nunca es estático, su incesante metamorfosis nos acompaña en los infinitos ciclos de la vida. La misma esencia del material vegetal radica en su versatilidad y cambio. Arte temporal por antonomasia, crea situaciones en continuo cambio. Se modifica a la naturaleza dándole el sentido y el orden necesarios para una sociedad y una circunstancia, pero esa modificación siempre será parcial porque en el arte del jardín lo que se impone es la naturaleza con su orden inmanente. Los jardines son irrepetibles en exactas situaciones por depender de los ciclos naturales. Crecen, maduran y mueren a la par del hombre¹.

Jardim, uma criação dinâmica e complexa

Diante das palavras supracitadas da historiadora da arte Sonia Berjman, especialista em jardins históricos, fica claro que um jardim é dinâmico e complexo. De todas as suas características a que se evidencia é a delicadeza inerente ao seu material, o vegetal, desta forma podemos dizer que um jardim se trata de um patrimônio frágil.

Constituídos de materiais vivos, os jardins são criados para o futuro. De acordo com a paisagista Carmen Añón Feliú “o artista criou o jardim em determinada época, que foi depois mudado e transformado. Uma ação que converte o tempo em elemento criativo” (AÑÓN-FELIÚ, 1994, p. 221)², o que significa dizer que “pela manhã são de um modo e pela tarde de outro; de um modo no verão e de outro no inverno... e amanhã ou dentro de 5 meses? não sabemos”³ (BERJMAN, 2001, p.5). Tais características tornam o jardim uma arte complexa e entendê-las é de fundamental importância para ações de conservação. Por tudo isso, considera-se que o jardim é “obra de arte + ciência + técnica. Mas o natural não se esgota no verde. Inclui também relações e significados que fazem a essência do ser humano”⁴ (BERJMAN, 2001, p.5).

São pelas características acima citadas que o jardim histórico é considerado pela Carta de Florença “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento. O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal e, por isso, vivo, perecível e renovável” (1981, Arts. 1 e 2). O passar do tempo não é, para o jardim, uma degradação, mas um processo normal e, sua ocorrência se revela na dinâmica própria de sua evolução (LEENHARDT, 2008), uma vez que, o jardim difere da arquitetura, pois, não é uma obra acabada. Mesmo os elementos físicos, como o seu solo/subsolo e hidrografia, também passam por mudanças graduais relacionadas ao ciclo de evolução.

Arte temporal por excelência, o jardim como vimos nunca é estático e está em constante modificação porque a natureza se impõe com sua ordem. Por se tratar de seres vivos, os jardins, foram projetados e construídos como propostas para o futuro e desta forma, essa obra de arte só se materializa por meio das ciências que tratam da vegetação e de seu desenvolvimento, seja a botânica, a ciência do solo e do meio ambiente, contudo, para

¹ Sonia Berjman, 2001, p. 5.

² Tradução livre feita pelo autor de: “Nous avons vu comment l’artiste créateur du jardin a fournit au temps la matière que celui-ci a ensuite modifié et transformé. Une action qui convertit le temps en élément créateur”.

³ Tradução livre feita pelo autor de: “son de un modo a la mañana y de otro a la tarde, de un modo en verano y de otro en invierno... y ¿mañana o dentro de 5 meses?... no lo sabemos”.

⁴ Tradução livre feita pelo autor de: “obra de arte + ciencia + técnica. Pero lo natural no se agota en lo verde. Incluye también relaciones y significados que hacen a la esencia de lo humano”.

que isso se concretize os profissionais habilitados nas técnicas de conservação precisam possuir um conhecimento multidisciplinar.

Conquistado o reconhecimento de ser uma arte autônoma, é na sua vinculação com a edificação e com a cidade que o jardim como obra de arte consolida suas qualidades estéticas e seu valor de existência. Este vínculo cultura/natureza, cidade/jardim, subtrai da compreensão de jardim a ideia de mimese da natureza, porque o situa no espaço das relações com a arte de cada época (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012).

Entendido como objeto cultural, o jardim também constitui um arquivo vivo que garante a permanência de construções materiais e vegetais (GARCIA, 2002). Segundo esse entendimento e uma vez identificadas as características artísticas, históricas e culturais, o jardim adquire a conotação de bem cultural, e, posteriormente, identificados os valores patrimoniais passa a ser jardim histórico, um monumento, como especificado na Carta de Florença de 1981 e na Carta de Juiz de Fora de 2010.

O sentido de monumento conferido ao jardim foi sugerido inicialmente durante a reunião de trabalho em Brügge, em 1971, por Jacques Reybroeck, então diretor da Administração do Patrimônio da Comunidade Francesa na Bélgica, de modo a garantir que o jardim histórico se beneficiasse das mesmas leis de proteção dos monumentos (LUMMEM, 2001).

O monumento é considerado por Françoise Choay como “*tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças*” (CHOAY, 2006, p. 18). Para Aloïs Riegl, o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é construído a posteriori, pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte (RIEGL, 2006).

Diante do que foi elucidado e discutido podemos afirmar que dentre as definições de jardim histórico, a elaborada pelo arquiteto austríaco Géza Hajos em ‘Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites’, onde tece críticas sobre a Carta de Florença parece apropriada, para o referido autor, “*jardim histórico é um monumento, uma obra criada com construção e material vegetal, é uma concentração artificial e artística de uma paisagem cultural*”⁵ (2001, p. 4).

A categoria de jardim histórico se fortalece ainda mais com a introdução do conceito de paisagem cultural no âmbito do patrimônio histórico-cultural na reunião do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1992. No referido documento, o jardim está na categoria de paisagens culturais criadas, intencionalmente, pelo homem. Com essa categoria de patrimônio cultural, os jardins históricos parecem ter encontrado maior respaldo para sua preservação diante do crescimento e adensamento acelerado das cidades (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012).

O termo preservação engloba todas as ações que visam a salvaguardar bens culturais identificados, classificados ou protegidos. Segundo a Carta de Nairobi (1976), a preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração,

⁵ Tradução livre feita pelo autor de: “*jardín histórico es un monumento, una obra creada con construcción y material vegetal, es una concentración artificial y artística de un paisaje cultural*”.

renovação, manutenção e revitalização, ou seja, todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda de um bem.

A conservação da vegetação do jardim histórico, garantia da permanência do valor botânico e da autenticidade

Entendendo que um jardim histórico é um monumento, ou, melhor dizendo, um monumento vivo, a questão da conservação torna-se algo prioritário. As Cartas Patrimoniais que trazem à luz essa questão são a Carta de Veneza (1964), a Carta de Burra (1980), a Carta de Florença (1981) e a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros dita Carta de Juiz de Fora (2010).

A Carta de Florença, relativa à proteção dos jardins históricos é uma complementação da Carta de Veneza, porém, em ambas, a questão da conservação é tratada de maneira pontual que se resume a ações sem uma definição clara para o verbete, assim como a de Juiz de Fora. No entanto, é com a Carta de Burra que temos um maior entendimento da conservação de bens patrimoniais bem como suas ações.

“O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e existências práticas. (...) O objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação. (...) A conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente” (CARTA DE BURRA, 1980, Arts. 1; 2 e 3; Grifo nosso).

Para se manter a significação cultural, no caso do jardim, deve-se observar as características que identificam suas transformações e modificações que, inevitavelmente, o jardim sofre ao longo de sua história, ou seja, a dinâmica do jardim, isso refletirá na fisionomia, no espírito de uma época, na cultura, no gosto e na sensibilidade de quem o criou.

Para que se garanta a conservação de um jardim é necessário o empenho constante, de tal forma que esforços sejam direcionados no sentido de acompanhar sua natural transformação. Esse empenho há de ser tanto maior quanto mais o jardim em questão seja artificial. Essa artificialidade diz respeito às diferenças existentes entre as características locais naturais, determinadas pelo clima, solo, relevo e vegetação potencial (DE ANGELIS e DE ANGELIS NETO, 2004), como é o caso da Praça de Casa Forte, por abrigar espécies exóticas e amazônicas e da Praça Euclides da Cunha diante da vegetação da caatinga introduzida em uma área de domínio atlântico.

O arquiteto mexicano e estudioso de jardins históricos Raúl Raya García considera a conservação como uma operação prática que visa prolongar a vida do jardim com o mínimo de intervenção, inclui a aplicação de conhecimentos científicos e que requer sensibilidade e critérios necessários para avaliar o significado histórico, bem como entender os valores estéticos e a projeção do significado social do jardim e é necessário compreender a intenção da obra (GARCÍA, 2002).

“Así pues, la conservación debe significar la investigación in situ, para la selección de acciones tomadas para conocer la naturaleza y propiedades de la materia vegetal así como las causas de su deterioro y alteración. (GARCÍA, 2002, p. 53; Grifo nosso). “En

el caso de las arquitecturas vegetales históricas, son elementos en continua transformación programada en el tiempo, que debe resolver los problemas de atribución y nuevas funciones en la vegetación que permita la evocación más cercana a la obra original” (SCAZZOSI, 1999 apud GARCÍA, 2002, p. 55; Grifo nosso).

Desta forma, a conservação de um jardim histórico depende da combinação de vários itens, um deles é o verde histórico, que caracteriza sua complexidade, envolvendo aspectos materiais e imateriais. Para que esta conservação seja exercida faz-se necessário conhecer detalhadamente os componentes do jardim através da identificação dos atributos seguida do reconhecimento dos valores patrimoniais (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012).

Os valores patrimoniais surgem de consensos, acordos entre os homens, sendo uma categoria histórica, porque estão atrelados a fatos em que pesam o tempo e o espaço, encerrando em si, certa vivência (CANNOR, 1994 apud SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012). Ao relacionar o conteúdo do valor à evolução histórica, Alois Riegl afirma que o pensamento evolutivo constitui o núcleo da concepção moderna, o que denota que os valores não são estáticos nem imutáveis até mesmo porque a vida produz constantemente novos estímulos e conseqüentemente os valores mudam (RIEGL, 2006).

No que se refere ao jardim histórico como bem patrimonial os valores são gerados a partir da relação intrínseca com o contexto histórico no qual ele foi produzido. O conjunto dos valores atribuídos confere a significância cultural, ou seja, a relevância completa do jardim (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012). De acordo com Alois Riegl (2006) os valores culturais dos monumentos edificados são inicialmente o histórico e o artístico. Contudo, quando se fala em jardim, a esses valores juntam-se o ecológico e o botânico. No âmbito do patrimônio histórico e cultural valores como educativo, social, ecológico e espiritual, que envolve a população, são referenciados em trabalhos científicos (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012).

Os atributos da vegetação e o reconhecimento do valor botânico da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha

A partir do ‘Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife’, concluído em 2008 pelo Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, surge a discussão e a preocupação entre os pesquisadores do laboratório de registrar a valoração de um jardim monumento – no caso, os seis jardins de Burle Marx que estão em processo de tombamento. Os valores de tais jardins reconhecidos até o momento são: o histórico, o arquitetônico, o artístico, o ecológico, o social e o espiritual e que foram discutidos em “*The complexity of historic garden life conservation*”⁶.

No que se refere à Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, que estão em processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para se tornarem ‘Patrimônio Cultural Nacional’, podemos identificar suas características, quer sejam da sua origem ou de períodos posteriores advindos de suas transformações, e obter de sua fisionomia seus atributos - naturais ou construídos.

⁶ SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques; VERAS, Lucia Maria de Siqueira Cavalcanti; SILVA, Aline de Figueirôa. The Complexity of Historic Garden Life Conservation. In: ZANCHETI, Silvio Mendes e SIMILÄ, Katriina. (Org.). Measuring Heritage Conservation Performance. 1 ed. ROMA/RECIFE: ICCROM/CECI, 2012.

Estes atributos só podem ser identificados mediante os sentidos, aparência de sua forma, da cor e da textura e podem ser reunidos em três categorias, a saber: física, onde se encontram as características do solo, do relevo, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; biológica, composta pela cobertura vegetal e pela fauna e onde o homem também está inserido, e a antrópica, elementos resultantes da ação humana, portanto, relacionados com os aspectos econômicos, sociais, culturais, históricos e políticos (SÁ CARNEIRO e SILVA, 2009). Desta maneira, para identificar os atributos da vegetação da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha a categoria aqui adotada foi a biológica, mais especificamente a vegetação.

Tomando por base a vegetação do projeto original e atual da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha, bem como os princípios projetuais de Burle Marx para tais praças – higiene, educação e arte -, pôde-se identificar até o momento um conjunto de dez atributos da vegetação que caracterizam o valor botânico (Tabela 1).

Tabela 1. Atributos da vegetação presente na Praça de Casa Forte e na Praça Euclides da Cunha.

Atributos	Praça de Casa Forte	Praça Euclides da Cunha
Espécies com copas e troncos simétricos	X	-
Espécies com folhagem exuberante	X	X
Espécies com floração intensa	X	X
Grupos de espécies que denotam contraste de cores	X	X
Agrupamentos de indivíduos de mesma espécie	X	X
Representação de ecossistemas	X	X
Diversidade de espécies nativas	X	X
Diversidade de espécies exóticas	X	-
Relação ecológica entre as espécies	X	X
Espécies remotas da criação do jardim	X	X

Os atributos referentes a ‘espécies com copas e troncos simétricos’; ‘espécies com folhagem exuberante’; ‘espécies com floração intensa’; ‘grupos de espécies que denotam contrastes de cores’ e ‘agrupamentos de indivíduos de mesma espécie’ foram verificados nas intenções projetuais de Burle Marx, destacando espécies como pau-rei (*Basiloxylon brasiliensis*), pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), pau-teca (*Tectona grandis*), flamboyant (*Delonix regia*), felício (*Filicium decipiens*), rosedá (*Lagerstroemia speciosa*), aninga (*Montrichardia linifera*), caládio (*Caladium bicolor*), ninféias (*Nymphaea* sp.), vitória-régia (*Victoria amazonica*) e espatódea (*Spathodea campanulata*) para a Praça de Casa Forte. Já para a Praça Euclides da Cunha foram o ipê (*Tabebuia* sp.), jucá (*Caesalpinia ferrea* var. *ferrea*), mandacaru (*Cereus jamacaru*), xique-xique (*Pilosocereus gounellei*) e facheiro (*Pilosocereus piauhyensis*) conferindo o caráter arquitetônico, estético e tropical do jardim. Com exceção do pau-teca, do caládio, da vitória-régia e da espatódea as demais espécies estão presentes nas referidas praças.

Para o atributo ‘representação de ecossistemas’ levou-se em consideração a reprodução do ecossistema amazônico na segunda parte da Praça de Casa Forte e do ecossistema da caatinga na Praça Euclides da Cunha. Já o atributo ‘diversidade de espécies nativas’ foi

obtido a partir da vegetação da primeira e segunda parte da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha em sua totalidade; o atributo ‘diversidade de espécies exóticas’ atrela-se à terceira parte da Praça de Casa Forte.

A intenção de Burle Marx em respeitar as exigências ecológicas de cada espécie em prol da condição artística que um jardim exige foi a base para determinar o atributo ‘relação ecológica entre as espécies’. No que se refere ao atributo ‘espécies remotas da criação do jardim’ deve-se ao pau-rei (*Basiloxylon brasiliensis*), felício (*Filicium decipiens*) andiroba (*Carapa guianensis*) para a Praça de Casa Forte e do jucá (*Caesalpinia ferrea* var. *ferrea*), paineira (*Chorisia glaziovii*), tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*) para a Praça Euclides da Cunha.

Em momentos anteriores, o acréscimo de espécies vegetais que não faziam parte do projeto original ou que estavam plantadas em locais que não foram indicados por Burle Marx descaracterizou, em parte, a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, implicando a perda de alguns atributos como, por exemplo, a ‘relação ecológica entre as espécies’; ‘grupos de espécies que denotam contrastes de cores’; ‘agrupamentos de indivíduos de mesma espécie’ e ‘representação de ecossistemas’. Essa situação vem sendo revertida com as constantes ações de manutenção na Praça de Casa Forte e com a restauração da Praça Euclides da Cunha.

Na Praça de Casa Forte houve o manejo de alguns indivíduos arbóreos com problemas fitossanitários e que, por coincidência, representavam espécies que não faziam parte do projeto original e/ou mesmo tendo sido especificada por Burle Marx estavam plantadas em local diferente. Esses indivíduos foram substituídos por espécies indicadas pelo paisagista (Figuras 1 e 2).



Figura 1. Corte de Indivíduo de sombreiro (*C. fairchildiana*) na primeira parte da Praça de Casa Forte, 2011.



Figura 2. Plantio de espécies na primeira parte da Praça de Casa Forte, 2011; neste caso dois indivíduos de cássia – grade (*C. grandis*).

Outro momento importante foi a limpeza do espelho d’água da primeira parte da praça, onde houve o manejo de espécies herbáceas (aquáticas e terrestres). As espécies que não faziam parte do projeto original foram erradicadas do local seguindo as indicações dos estudos da equipe do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco (Figuras 3 e 4).



Figura 3. Uma das caixas de fixação das vitórias-régias (*V. amazonica*) no espelho d’água da primeira parte da Praça de Casa Forte com presença de salvinia (*S. auriculata*), 2011.



Figura 4. Limpeza e manejo da vegetação do espelho d'água da primeira parte da Praça de Casa Forte, 2011.

Na Praça Euclides da Cunha, a restauração seguiu os postulados da Carta de Florença. O estudo da vegetação consubstanciou os fundamentos científicos para justificar a restauração do projeto original da praça. A base do projeto partiu da observação *in loco* comparando-se com os desenhos de Burle Marx de 1935. Assim, foi possível constatar vestígios dos canteiros gramados com exemplares de espécies da caatinga, da escultura do vaqueiro e das rochas que compunham o canteiro central onde ficavam indivíduos de espécies pertencentes às Famílias Cactaceae, Bromeliaceae e Euphorbiaceae bem como, os bancos em concreto, os menores e um maior de forma ondulada. Em seguida houve a interpretação mais detalhada dos desenhos que o paisagista realizou naquele momento, encontrados em arquivos e jornais (SÁ CARNEIRO, 2009).

Para que as características do projeto original, ou seja, a paisagem da caatinga representada principalmente pela vegetação, voltassem à praça fez-se necessário o manejo de 25 árvores invasoras, algumas presentes no canteiro central e em sua maioria espécies frutíferas com problemas fitossanitários. Em seguida, ocorreu o plantio das espécies no canteiro central, bem como a introdução de 48 indivíduos arbóreos da caatinga nos anéis gramados periféricos. Com as Figuras 5 e 6, pode-se fazer uma comparação do que Burle Marx idealizou para a Praça Euclides da Cunha com a situação após a restauração.



Figura 5. Desenho de Burle Marx da Praça Euclides da Cunha, 1935. *Diário da Tarde* 14/03/1935.



Figura 6. Vista parcial da Praça Euclides da Cunha, após a restauração em 2004. Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem/UFPE.

As operações que foram empreendidas só foram possíveis mediante estudos

aprofundados que contemplaram a coleta de vários documentos referente

ao jardim e aos análogos, suscetível a assegurar o caráter científico do projeto.

Com a manutenção, mesmo que pontual, da vegetação na Praça de Casa Forte e, com a restauração da Praça Euclides da Cunha, que se configuram como ações de conservação, pôde-se resgatar a autenticidade da substância vegetal. Por autenticidade, objeto da Carta de Nara, entende-se a confirmação da permanência das características originais que sejam materiais de construção, traçado, mobiliário, vegetação e artefatos. Para a Carta de Florença, autenticidade diz respeito “*tanto ao desenho e ao volume de partes quando ao seu decór ou a escolha de vegetais ou de minerais que os constituem*” (Art. 9).

A especialista em jardins históricos, Carmen Añón Feliú, ao tratar da questão da autenticidade considera que, por ser o jardim um monumento vivo e por compreender que o tempo é um elemento estruturador do jardim, a autenticidade também diz respeito ao envelhecimento natural das espécies vegetais, de modo que o tempo também proporciona um valor à imagem presente no jardim (AÑÓN-FELIÚ, 1994).

A imagem presente do jardim é o parâmetro, a referência da avaliação contínua relacionada às características originais e que exige conhecimento aprofundado de várias dimensões que o jardim envolve.

Considerações finais

A partir das questões abordadas acima, pode-se entender que, enquanto a conscientização para a conservação e o respeito aos jardins for apenas uma abordagem conceitual/teórica e não uma prática cotidiana ainda teremos que vivenciar a descaracterização de obras importantes. Conforme Mário Quintana,

“*O que mata um jardim não é mesmo alguma ausência nem o abandono (...) o que mata um jardim é esse olhar vazio de quem por eles passa indiferente*” (1997 p. 15). Contudo, este estudo mostra que há uma necessidade emergente de viabilizar uma relação mais estreita com o campo da conservação, mas precisamente do componente vegetal diante da sua efemeridade.

A intenção é firmar a ideia de uma cultura paisagística que venha aperfeiçoar um esforço teórico e uma prática que rompam as resistências de um cotidiano urbano, sem memória e sem respeito aos jardins, entendidos aqui como um bem, que se constituem em elementos fundamentais para contarmos a história da paisagem onde vivemos.

Referências

- AÑÓN-FELIÚ, C. **Authenticité: Jardin et paysage**. Japon: UNESCO; ICCRON; ICOMOS, 1995.
- BERJMAN, S. El paisaje y el patrimonio. **Revista ICOMOS/UNESCO**, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-11, 2001.
- CARTA DE VENEZA (1964). In: CURY, I. (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 91-96. Edições do Patrimônio.
- CARTA DE BURRA (1980). In: CURY, I. (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 247-252. Edições do Patrimônio.
- CARTA DE FLORENÇA (1981). In: CURY, I. (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 253-258. Edições do Patrimônio.
- CARTA DE JUIZ DE FORA (2010). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN**, 2010. Edições do Patrimônio.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

DE ANGELIS, B. L. D. e DE ANGELIS NETO, G. Jardins Históricos: introduzindo a questão. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, São Paulo, n. 19, p. 31-4, 2004.

DIARIO DA TARDE. **Jardins e Parques do Recife**: Roberto Burle Marx para o Diário da Tarde. 14/03/1935.

GARCÍA-CORZO, R. V. Jardines botánicos de Guadalajara durante el siglo XIX: un aspecto olvidado de la ciudad. *In*: SÁ CARNEIRO, A. R. e BERTRUY, R. I. P. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 463-503.

GARCÍA, R. R. Conceptos de conservación de paisajes y jardines. *In*: ONOFRE, S. A. **Diseño, planificación y conservación de paisajes y jardines**. Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco. Azcapotzalco. 2002.

HAJÓS, G. Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites. Teorías y experiencias en Austria. **Revista ICOMOS/UNESCO**, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-9, 2001.

LEENHARDT, J. A exigência social de paisagem: reflexões a partir de Burle Marx. *In*: TERRA, C. e ANDRADE, R. **Paisagens**

Culturais: Contrastes Sul-Americanos. Rio de Janeiro: EBA, 2008. p. 37-45.

QUINTANA, M. **A cor do invisível**. São Paulo: Globo, 1997.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiás: Editora da UCG, 2006.

SÁ CARNEIRO A. R. Restauração dos jardins das Cactáceas de Burle Marx. *In*: SÁ CARNEIRO, A. R. e BERTRUY, R. I. P. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 211-240.

SÁ CARNEIRO, A. R. e SILVA, A. F. **Caracterização dos atributos dos bens patrimoniais**. Recife: CECI, 2009.

SÁ CARNEIRO, A. R. e SILVA, J.M.; VERAS, L. M. S. C. e SILVA, A.F. The Complexity of Historic Garden Life Conservation. *In*: ZANCHETTI, S. M. e SIMILÄ, K. (Org.). **Measuring Heritage Conservation Performance**. 1 ed. ROMA/RECIFE: ICCROM/CECI, 2012.

*Recebido em 2013-12-26
Publicado em 2014-07-06*